

# RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

Janeiro de 2024

**PRODUMAC PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MARIA CLARA LTDA  
MAIS SABOR ALIMENTOS LTDA-ME**



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6HC NF3CA H6673 YRJS3

## CONTATO

### CURITIBA - PR

Tel.: (41) 3206-2754 | (41) 99189-2968  
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala 1306  
Ed. World Business, Centro Cívico  
CEP: 80530-000

### MARINGÁ - PR

Tel.: (44) 3226-2968 | (44) 9 9127-2968  
Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,  
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03  
CEP: 87050-020

### SÃO PAULO - SP

Tel.: (11) 3135-6549 | (11) 98797-8850  
Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP: 01310-000

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)  
[marcio@marquesadmjudicial.com.br](mailto:marcio@marquesadmjudicial.com.br)

### Excelentíssimo Senhor Doutor Juiz de Direito da Vara Cível da Comarca de Terra Boa - Estado do Paraná.

Dr. Rodrigo do Amaral Barboza

Preliminarmente, cumpre informar que a apresentação do relatório mensal das atividades do devedor ao Juiz, para a devida juntada nos autos de Recuperação Judicial, faz parte do rol de deveres do Administrador Judicial, nos termos do art. 22, inc. II, alínea “c” da Lei 11.101/2005.

O presente relatório reúne e sintetiza as informações referentes ao mês de **janeiro de 2024**, das Recuperandas **Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA e Mais Sabor Alimentos LTDA-ME**, disponibilizadas pelo contador Christian Leandro Eduardo—CRC/PR 046254/O-0, devendo-se fazer a ressalva de que tais informações apresentadas possuem caráter provisório, visto que ainda podem sofrer alterações até o final do exercício contábil.

As análises e observações apresentadas no presente relatório estão embasadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da Lei 11.101/2005, bem como nas informações coletadas pela Administradora Judicial por meio da realização de inspeções periódicas nas instalações da empresa, de informações prestadas pelos credores e terceiros interessados, e ainda da análise da movimentação processual.

Referido relatório possui o objetivo de demonstrar ao juízo, aos credores e demais interessados um resumo dos principais fatos ocorridos no período sob análise, primando sempre pela transparência, objetividade e ampla divulgação das informações pertinentes ao processo de recuperação judicial. Este relatório e demais documentos relacionados a presente recuperação judicial estão disponíveis para consulta no processo autuado sob o nº **0000912-07.2016.8.16.0166**, bem como no site [www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br).

Por fim, esta Administradora Judicial permanece à disposição para o esclarecimento de eventuais dúvidas remanescentes.

Curitiba/PR, 5 de março de 2024.



**M. MARQUES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**

ADMINISTRADORA JUDICIAL

CNPJ Nº 07.166.865/0001-71 | OAB/PR Nº 6.195

**Profissional Responsável: MARCIO ROBERTO MARQUES**

OAB/PR nº 65.066 | OAB/SP nº 459.319



# ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	4
2. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS	7
3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	10
4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	15
5. ENDIVIDAMENTO	29
6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL	33
7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS	39
GLOSSÁRIO	47
ANEXOS	49



# 1. SUMÁRIO EXECUTIVO



## Sumário Executivo

Assunto	Observações
Atividades das Recuperandas	Em razão da crise econômico-financeira que se encontram as Recuperandas, elas enfrentaram diversas dificuldades, dentre as principais, no período em análise, estão o alto custo de manutenção do representante comercial na linha de vendas, a dificuldade de encontrar representantes comerciais e a dificuldade de conseguir crédito devido ao grande número de protestos em seus cadastros e alto custo de logística de entregas. Almejando superar as dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, das quais se destacam o planejamento de produção com redução de custos, análise e redução de despesas fixas, redução de despesas de logística de entregas entre outras.
Informações Operacionais	Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em janeiro/24, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, o qual não apresentou variação e findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.
Informações Financeiras	Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no Disponível (22,44%), Outros Créditos (0,50%) e em Outras Obrigações (0,41%), ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da Depreciação. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na Receita Operacional Bruta (50,82%), somado a queda das Despesas Operacionais (-57,82%) e ausência da Provisão para CSLL e IRPJ, culminou na apuração de Lucro no Exercício, variando -101,90% comparado ao Prejuízo antecedente.
Endividamento	No que tange aos credores concursais, as Recuperandas apresentaram aos mov. 1.62-1.67 a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfazia o montante total de R\$ 4.421.771,80 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e um mil setecentos e setenta e um reais e oitenta centavos). Ademais, no mov. 102 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de R\$ 2.761.668,98 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos). Outrossim, ao mov. 518, a Administradora Judicial após consolidação do Quadro Geral de Credores, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou o mesmo nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de R\$ 2.809.044,35 (dois milhões, oitocentos e nove mil, quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).



## Sumário Executivo

Assunto	Observações
Plano de Recuperação Judicial	As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê no item 4.1 como principais meios de recuperação das empresas, nos termos do art. 50 c/c art. 53, I, ambos da LFRJ, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística; ampliar a delegação de competências que atualmente estão acumuladas na diretoria geral e gerencia comercial/operacional, reduzindo a atual sobrecarga de atribuições na pessoa do seu diretor; implantação de eficiente sistema de apropriação de custos; definição de novos critérios para a determinação dos preços de vendas; implantar sistema de informações gerencias que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene; e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.
Informações Processuais	No período em apreço houve manifestação da Recuperanda com a juntada do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de novembro/2023, bem como a juntada dos RMA's de competência dos meses de outubro de novembro de 2023 pela Administradora Judicial



## 2. ATIVIDADES DAS RECUPERANDAS

- 2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS
- 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA
- 2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE



## Atividades das Recuperandas

Em razão da crise econômico-financeira que se encontram as Recuperandas, elas enfrentaram diversas dificuldades, dentre as principais, no período em análise, estão o alto custo de manutenção do representante comercial na linha de vendas, a dificuldade de encontrar representantes comerciais e a dificuldade de conseguir crédito devido ao grande número de protestos em seus cadastros e alto custo de logística de entregas. Almejando superar as dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, das quais se destacam o planejamento de produção com redução de custos, análise e redução de despesas fixas, redução de despesas de logística de entregas entre outras.

### 2.1 HISTÓRICO DAS RECUPERANDAS

A empresa de constituição eminentemente familiar surgiu no ano de 1991 a partir da identificação de uma oportunidade de negócio prospectada pelos sócios fundadores e principais acionistas (pai e filho), que consistia na compra de salgadinhos de milho extrusado, a granel, para fracionar e embalar o produto em pequenas quantidades, com marca própria, e efetuar a revenda, na modalidade “pronta entrega”, em toda a região noroeste do estado do Paraná. Inicialmente a empresa foi denominada “Naturitos Indústria e Comércio de Salgados Ltda.” Com a expansão dos negócios e a boa aceitação da marca “Naturitos” no mercado regional, em 1994 os empreendedores optaram pela fabricação dos seus próprios produtos, e, contando com o ingresso de um novo sócio, adquiriram os primeiros equipamentos para iniciarem o processo fabricação de snacks de milho e pallet tipo baconzitos. Neste contexto, em 2000 surgiu a Recuperanda “Produmac”. A medida que o tempo transcorria foram lançadas outras variedades de snacks, permitindo significativa diversificação do mix de produtos fabricados pela empresa.

No ano de 2001, paralelamente à produção de salgadinhos, a empresa iniciou outra atividade, fabricando biscoitos com a marca MARIA CLARA. Esta nova linha de produção contemplou a fabricação de diversas variedades de biscoito, ampliando ainda mais o mix de produtos ofertados pela empresa. Em 2006, a Recuperanda Produmac busca nova diversificação em sua linha de produção, com o intuito de obter economias de escopo, aproveitando a estrutura de produção e a logística de distribuição de seus produtos. Para aproveitar estas oportunidades, realiza novos investimentos em máquinas, equipamentos e matérias-primas para fabricação de biscoitos tipo água e sal e crean crack. No entanto, em que pese o enorme esforço da empresa, a nova linha de produtos não prosperou, acarretando prejuízos estimados em mais de U\$ 250.000 dólares.

Neste contexto, em 2008, houve a saída do sócio que havia ingressado anteriormente, o que implicou na retirada de capital equivalente a 33% do patrimônio da empresa. Apesar deste impacto, a empresa permaneceu no mercado e operando com todo empenho necessário para preservar sua marca e sua fatia do mercado. Ato contínuo, em 2009, a empresa Naturitos Alimentos Ltda. foi incorporada pela empresa PRODUMAC – PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MARIA CLARA LTDA. As duas empresas possuíam acionistas comuns em seu quadro social e tinham o mesmo sócio como administrador, fazendo parte do mesmo grupo familiar.

Em 2011 ocorreu a abertura de outra empresa do grupo, a “MAIS SABOR ALIMENTOS LTDA-ME”, ocasião em que foram realizados investimento significativos para a instalação e funcionamento de uma fábrica de batata tipo chips, culminando na criação de vários empregos e expansão da produção. Esta nova ampliação/diversificação impôs ao Grupo Econômico a necessidades de novos investimentos complementares, como a ampliação da frota e mais capital de giro para financiar todo o seu ciclo operacional, como a aquisição de matéria-prima, pagamento dos funcionários, financiamento das vendas a prazo, etc.

Este novo cenário de desembolsos não amparados por recursos próprios, principalmente a partir de 2013, fez com a empresa necessitasse cada vez mais de recursos de terceiros. Frente a este ambiente econômico caracterizado por taxas de juros e encargos financeiros elevados, fez com as Recuperandas entrassem em uma forte ciranda financeira, que resultou, em curto espaço de tempo, em um endividamento crescente.



## Atividades das Recuperandas

Em razão da crise econômico-financeira que se encontram as Recuperandas, elas enfrentaram diversas dificuldades, dentre as principais, no período em análise, estão o alto custo de manutenção do representante comercial na linha de vendas, a dificuldade de encontrar representantes comerciais e a dificuldade de conseguir crédito devido ao grande número de protestos em seus cadastros e alto custo de logística de entregas. Almejando superar as dificuldades supramencionadas, as Recuperandas adotaram algumas medidas, das quais se destacam o planejamento de produção com redução de custos, análise e redução de despesas fixas, redução de despesas de logística de entregas entre outras.

## 2.2 RAZÕES DA CRISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A crise econômico-financeira teve como causa a conjugação de eventos adversos que comprometeram a capacidade das Recuperandas de auferir lucro, tais como: i) disputa acirrada no mercado regional promovida pelos concorrentes de pequeno porte, o que comprometeu a margem operacional líquida; ii) busca de mercados distantes, o que ocasionou uma série de ineficiência na logística de distribuição dos produtos e elevação dos custos de distribuição; iii) política comercial focada no volume de vendas e não na preservação da margem operacional líquida; iv) elevados investimentos em imobilizações, com recursos próprios e de terceiros; v) aumento crescente do endividamento, com a rolagem da dívida a juros elevados; vi) falta de planejamento e critérios para a definição do capital de giro necessário para atender todo o ciclo operacional; vii) desequilíbrios recorrentes do fluxo de caixa; viii) elevados encargos financeiros; ix) elevada concentração de tomadas de decisão em um único diretor; x) inexistência de sistema de informações gerenciais; xi) limitações no sistema de apropriação de custo; xii) falta de critérios para a precificação; entre outros de menor relevância.

## 2.3 MEDIDAS ADOTADAS PARA A SUPERAÇÃO DA CRISE

### Medidas adotadas:

As principais medidas imediatas que vêm sendo adotadas para a superação da crise informadas pelas Recuperandas são:

- Análise e redução de despesas fixas;
- Redução de despesas variáveis;
- Planejamento de produção com redução de custos;
- Ampliação das linhas de vendas regionais.

### Principais dificuldades enfrentadas:

As principais dificuldades enfrentadas pelas Recuperandas no período foram:

- Dificuldade de conseguir crédito, devido ao grande número de protestos encontrado em nosso cadastro;
- Dificuldade de repassar o custo das repetitivas altas dos insumos ao preço final do produto;
- Dificuldade em encontrar representantes comerciais.



## 3. INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

- 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA
- 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL
- 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO
- 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES
- 3.5 COLABORADORES



## Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em janeiro/24, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, o qual não apresentou variação e findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.

### 3.1 ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em janeiro de 2024, não foram registradas mudanças na estrutura societária das Recuperandas, tais como: aportes de capital, investimentos em outras sociedades ou qualquer outra movimentação que produza alteração no capital social das empresas. A seguir, apresenta-se quadro demonstrativo da composição societária das Recuperandas:

#### PRODUMAC PRODUTOS ALIMENTÍCIOS MARIA CLARA LTDA

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (Em Reais)	Participação
Marcio Garcia Sanches	235.000	235.000,00	50,00%
Octavio Molina Sanches	235.000	235.000,00	50,00%
<b>Total</b>	<b>470.000</b>	<b>470.000,00</b>	<b>100,00%</b>

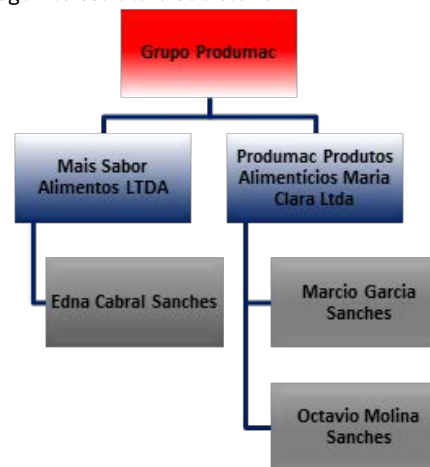
Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

#### MAIS SABOR ALIMENTOS LTDA-ME

Sócio	Nº de Quotas	Valor das Quotas (Em Reais)	Participação
Edna Cabral Sanches	60.000	60.000,00	100,00%
<b>Total</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Contrato Social e Alterações da Recuperanda

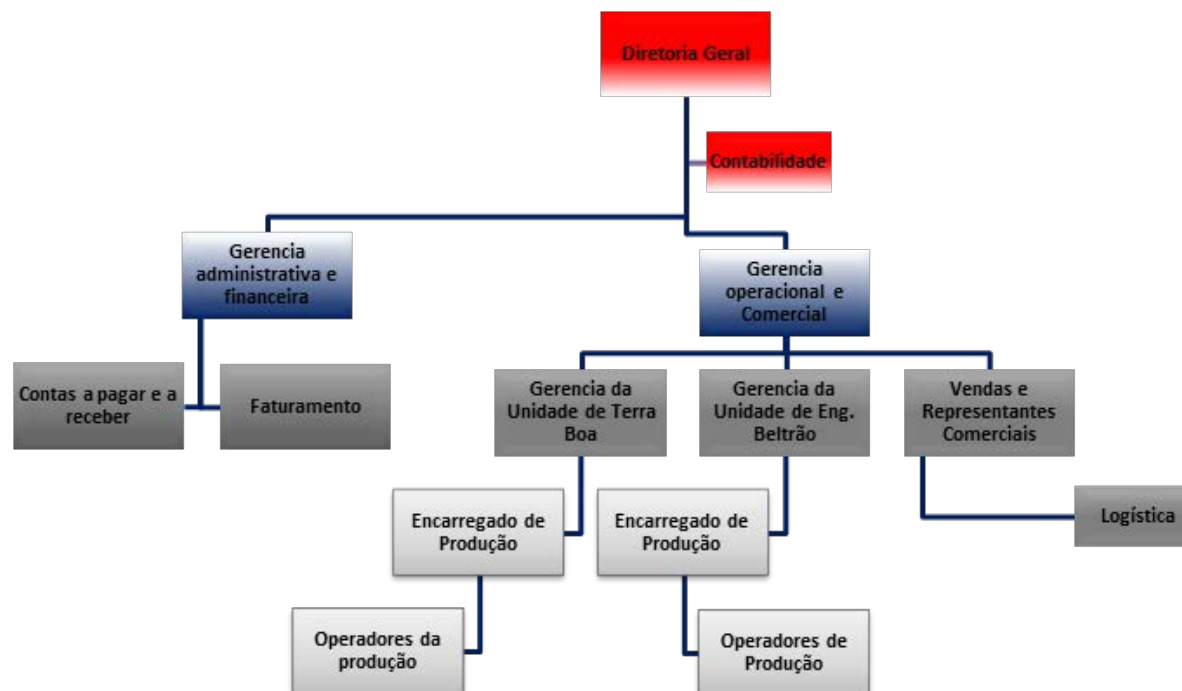
O Grupo Produmac possui a seguinte estrutura societária:



## Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em janeiro/24, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, o qual não apresentou variação e findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.

## 3.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

## 3.3 UNIDADES DE NEGÓCIO

O Grupo Produmac possui as seguintes unidades de negócio:

Razão Social	CNPJ	Localidade
Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA	03.887.207/0001-18	Terra Boa/PR
Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	14.303.212/0001-52	Terra Boa/PR

## Informações Operacionais

Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em janeiro/24, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, o qual não apresentou variação e findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.

### 3.4 PRINCIPAIS FORNECEDORES E CLIENTES

Os principais FORNECEDORES das Recuperandas no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Coamo Agroindustrial Cooperativa	75.904.383/0070-53
Agrobal Ind. E Com. LTDA	02.561.851/0001-39
L G Firace – Ingredientes	13.606.721/0001-91
Luk Ind. e Com. de Embalagens Plásticas LTDA	08.794.473/0001-10
Ajinomoto do Brasil Industria e Com. de Alimentos LTDA	46.344.354/0001-54
Comercial Atacadista A.C. Ltda	05.307.207/0001-27
Auto Peças Rodovia Ltda	78.413.432/0001-11

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas

Os principais CLIENTES das Recuperandas no período foram:

Razão Social / Nome	CNPJ / CPF
Comércio de Gen. Alim. Ariluz Ltda	78.785.573/0001-65
Paulovic & Pisani Ltda	02.291.609/0001-92
Rede Super Ltda	02.105.874/0001-39
Supermercado Super Luna S.A	71.385.637/0009-49
Exportadora e Importadora Globo Ltda	15.924.442/0001-00
Mig Atacado e Varejo Ltda	85.244.168/0003-39
Comercial de Secos e Molhados Dal Pozzo Ltda	80.213.705/0001-26
Supermercado Superpão Ltda	77.883.320/0001-61
Transviviane Transporte de Cargas EIRELI	07.058.598/0001-19

Fonte: Informações obtidas com as Recuperandas



## Informações Operacionais

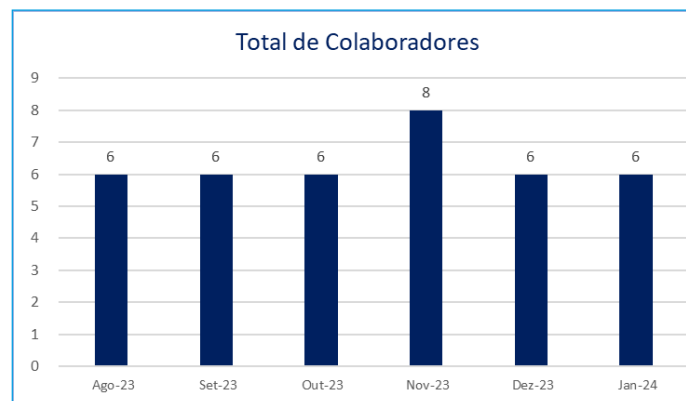
Pertinente a estrutura societária e unidades de negócio, em janeiro/24, não houve alterações em relação ao mês anterior, assim como no quadro de colaboradores, o qual não apresentou variação e findou o mês em apreço com 6 (seis) colaboradores ativos.

### 3.5 COLABORADORES

As Recuperandas apresentaram a posição do quadro de colaboradores consolidada referente ao mês de janeiro de 2024, não demonstrando variação em relação a competência anterior, conforme tabela e gráfico seguintes:

Colaboradores	Dez-23	Jan-24
<b>Quantidade Inicial</b>	8	6
<b>( + ) Admissões</b>	0	0
<b>( - ) Demissões</b>	-2	0
<b>Quantidade Final</b>	6	6
<b>Variação</b>		<b>0,00%</b>

Fonte: Grupo Produmac – Janeiro de 2024



## 4. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

- 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL
- 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO
- 4.3 ÍNDICES FINANCEIROS



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6HC NF3CA H6673 YRJS3

## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

### 4.1 BALANÇO PATRIMONIAL

Apresenta-se a posição patrimonial consolidada das Recuperandas no mês de janeiro de 2024, demonstrando as variações horizontais e verticais em relação a competência anterior e saldo final do Ativo e Passivo, respectivamente, e ressaltando as principais variações ocorridas no período, conforme exposto abaixo:

BALANÇO PATRIMONIAL (valores em R\$)	Dez-23	Jan-24	AH	AV	Ref.
<b>ATIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Disponível	33.834,42	41.427,93	22,44%	0,96%	<b>a</b>
Clientes	859.977,51	858.159,17	-0,21%	19,83%	
Outros Créditos	2.077.902,74	2.088.282,82	0,50%	48,26%	<b>b</b>
Estoques	160.241,82	153.230,11	-4,38%	3,54%	
	<b>3.131.956,49</b>	<b>3.141.100,03</b>	<b>0,29%</b>	<b>72,59%</b>	
<b>Não Circulante</b>					
Realizável a Longo Prazo	44.402,81	44.402,81	0,00%	1,03%	
Imobilizado	1.135.777,97	1.135.777,97	0,00%	26,25%	
Intangível	5.606,46	5.606,46	0,00%	0,13%	
	<b>1.185.787,24</b>	<b>1.185.787,24</b>	<b>0,00%</b>	<b>27,41%</b>	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.317.743,73</b>	<b>4.326.887,27</b>	<b>0,21%</b>	<b>100,00%</b>	
<b>PASSIVO</b>					
<b>Circulante</b>					
Instituições Financeiras	1.573.754,70	1.573.754,70	0,00%	36,37%	
Empréstimos Particulares	649.101,10	649.101,10	0,00%	15,00%	
Fornecedores	6.625.600,76	6.618.855,99	-0,10%	152,97%	
Obrigações Tributárias	1.126.205,13	1.130.998,40	0,43%	26,14%	
Obrigações Trab. e Previdenciárias	1.133.175,87	1.134.904,40	0,15%	26,23%	





## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

BALANÇO PATRIMONIAL (valores em R\$)	Dez-23	Jan-24	AH	AV	Ref.
Outras Obrigações	2.246.476,77	2.255.581,77	0,41%	52,13%	<b>c</b>
Recuperação Judicial	2.674.553,33	2.674.553,33	100,00%	61,81%	
	<b>16.028.867,66</b>	<b>16.037.749,69</b>	<b>0,06%</b>	<b>370,65%</b>	
<b>Não Circulante</b>					
Exigível a Longo Prazo	1.225.453,29	1.225.453,29	0,00%	28,32%	
	<b>1.225.453,29</b>	<b>1.225.453,29</b>	<b>0,00%</b>	<b>28,32%</b>	
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital Social	530.000,00	530.000,00	0,00%	12,25%	
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-13.466.577,22	-13.466.315,71	-0,00%	-311,22%	
	<b>-12.936.577,22</b>	<b>-12.936.315,71</b>	<b>-0,00%</b>	<b>-298,98%</b>	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>4.317.743,73</b>	<b>4.326.887,27</b>	<b>0,21%</b>	<b>100,00%</b>	

### Notas:

- a)** No mês em análise a Recuperanda apresentou aumento em seu **Disponível (22,44%)** mediante o acréscimo em **Bens Numerários (25,15%)**, que registrou **R\$ 27.429,47** contra **R\$ 21.917,78** anteriormente, e em **Depósitos Bancários a Vista (18,89%)**, que apresentou o montante de **R\$ 13.099,92** em comparação a **R\$ 11.018,10** no mês anterior;
- b)** Nota-se que o aumento de **0,50%** em **Outros Créditos** deriva da ausência da conta de **Adiantamentos a Funcionários** que perfazia o saldo credor de **-R\$ 10.854,62** na competência anterior;
- c)** O aumento em **Outras Obrigações (0,41%)** ocorre mediante o acréscimo em **Contas a Pagar 2,97%**, que registrou **R\$ 315.836,55** comparado a **R\$ 306.731,55** no mês antecedente.



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

### 4.1.1 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Complementar as informações apresentadas no item anterior, demonstra-se a seguir a posição do Ativo não Circulante das Recuperandas, de forma analítica.

GRUPO	DESCRIÇÃO	SALDO ANTERIOR	DÉBITO	CRÉDITO	SALDO ATUAL
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	Outros Créditos	43.269,81	0,00	0,00	43.269,81
	Outros Investimentos	1.133,00	0,00	0,00	1.133,00
<b>IMOBILIZADO</b>	Imóveis	148.770,29	0,00	0,00	148.770,29
	Bens em Operação	2.151.776,58	0,00	0,00	2.151.776,58
<b>INTANGÍVEL</b>	Intangível	28.338,94	0,00	0,00	28.338,94
<b>Total dos Bens e Direitos em Operação</b>		<b>2.373.288,62</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.373.288,62</b>
<b>(-) DEPRECIÇÕES E AMORTIZAÇÕES</b>	(-) Depreciação/Amortização/Exaustão	<b>-1.164.768,90</b>	0,00	0,00	<b>-1.164.768,90</b>
	(-) Amortizações	<b>-22.732,48</b>	0,00	0,00	<b>-22.732,48</b>
<b>Total das Depreciações e Amortizações</b>		<b>-1.187.501,38</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.187.501,38</b>
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>1.185.787,24</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.185.787,24</b>

Fonte: GRUPO PRODUMAC – Janeiro de 2024 – Balancete Contábil.

#### Nota:

a) Nota-se uma possível inconsistência contábil no Imobilizado das Recuperandas, a qual foi comunicada ao contador responsável, tendo em vista que sua contabilidade está em discordância ao exposto no Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, item 30, qual expõe que, após reconhecido um item no ativo imobilizado, o mesmo deve ser apresentado ao custo menos as depreciações e perdas acumuladas, as quais não estão sendo contabilizadas mensalmente. Diante disto, se faz necessário ajustes contábeis a fim de apresentar informações fidedignas em seu Imobilizado.



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

## 4.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIO

A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) consolidada, foi fornecida pelas Recuperandas referente ao mês de janeiro de 2024. Assim como no Balanço Patrimonial, demonstra-se as variações horizontais e verticais em relação a competência anterior e receita obtida, respectivamente, além do exposto, destaca-se a seguir as principais variações ocorridas no período:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	Dez-23	Jan-24	AH	AV	Ref.
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>23.632,50</b>	<b>35.641,50</b>	<b>50,82%</b>	<b>100,00%</b>	
<b>(-) DEDUÇÕES</b>	<b>-2.028,93</b>	<b>-4.026,33</b>	<b>98,45%</b>	<b>-11,30%</b>	
IMPOSTOS INCID. SOBRE VENDAS	-2.028,93	-4.026,33	98,45%	-11,30%	
<b>(=) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>21.603,57</b>	<b>31.615,17</b>	<b>46,34%</b>	<b>88,70%</b>	
<b>(-) CUSTO DOS PROD./MERC./SERV.</b>	<b>-19.650,91</b>	<b>-25.147,72</b>	<b>27,97%</b>	<b>-70,56%</b>	
<b>(=) LUCRO/PREJUÍZO BRUTO</b>	<b>1.952,66</b>	<b>6.467,45</b>	<b>231,21%</b>	<b>18,15%</b>	
<b>(+/-) DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>-14.711,47</b>	<b>-6.205,94</b>	<b>-57,82%</b>	<b>-17,41%</b>	
DESPESAS DE VENDAS	-6.098,80	-3.097,62	-49,21%	-8,69%	a
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	-8.069,38	-3.037,70	-62,36%	-8,52%	b
DESPESAS FINANCEIRAS	-530,87	-69,18	-86,97%	-0,19%	
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-12,42	-1,44	-88,41%	-0,00%	
RECEITAS FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00%	0,00%	
<b>(=) LUCRO/PREJUÍZO OPERACIONAL</b>	<b>-12.758,81</b>	<b>261,51</b>	<b>-102,05%</b>	<b>0,73%</b>	
<b>(+/-) RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>(=) RESULTADO ANTES DA CSLL E IRPJ</b>	<b>-12.758,81</b>	<b>261,51</b>	<b>-102,05%</b>	<b>0,73%</b>	
<b>PROVISÃO PARA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>-477,40</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA</b>	<b>-530,45</b>	<b>0,00</b>	<b>-100,00%</b>	<b>0,00%</b>	
<b>(=) LUCRO/PREJUÍZO LÍQ. DO EXERCÍCIO</b>	<b>-13.766,66</b>	<b>261,51</b>	<b>-101,90%</b>	<b>0,73%</b>	

### Notas:

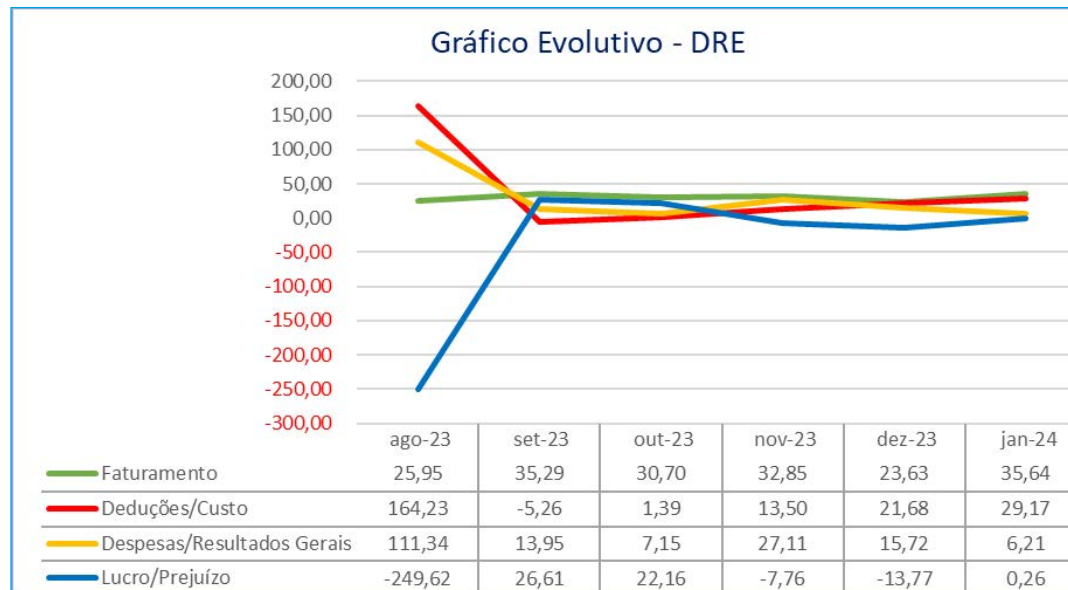
**a)** Nota-se que a redução em **Despesas de Vendas (-49,21%)** decorre, em suma, da queda da despesa de **INSS (-49,96%)**, que apresentou o valor de **R\$ 624,99** contra **R\$ 1.249,06** anteriormente, além da ausência de **13° Salário (-100%)** que registrou **R\$ 2.277,00** no mês anterior;

**b)** A variação de **-62,36%** em **Despesas Administrativas** deriva, principalmente, da ausência das despesas com **Salários e Ordenados, 13° Salário, Férias e FGTS**, que perfizeram **R\$ 5.095,02** na competência anterior.



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.



Em análise ao gráfico evolutivo acima, cujos valores estão em milhares, nota-se que, em alguns meses, a Recuperanda apurou Prejuízo devido as Deduções/Custo e Despesas/Resultados Gerais ultrapassaram o montante de Faturamento.



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

## 4.3 ÍNDICES FINANCEIROS

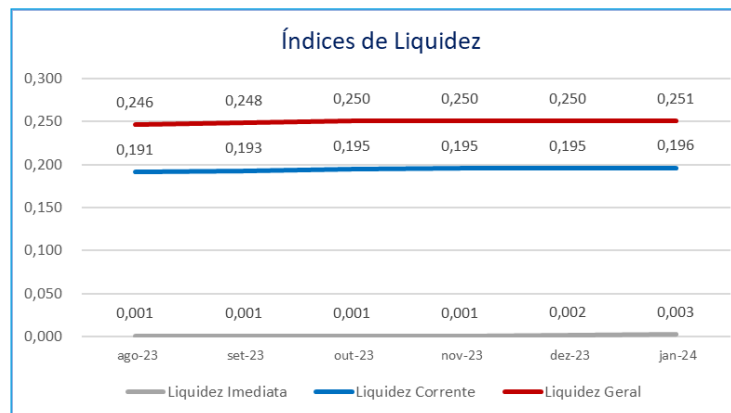
Seguem abaixo os índices obtidos com base nos demonstrativos contábeis apresentados pelo escritório responsável pela contabilidade das Recuperandas. Destacam-se, a seguir, as principais variações ocorridas no período:

Índices de Liquidez						
Indicador Financeiro	Fórmula	Dez-23	Índice	Jan-24	Índice	AH
Liquidez Imediata	Ativo Disponível	33.834,42	0,002	41.427,93	0,003	22,38%
	Passivo Circulante	16.028.867,66		16.037.749,69		
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	3.131.956,49	0,195	3.141.100,03	0,196	0,24%
	Passivo Circulante	16.028.867,66		16.037.749,69		
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Não Circulante	4.317.743,73	0,250	4.326.887,27	0,251	0,16%
	Passivo Circulante + Não Circulante	17.254.320,95		17.263.202,98		



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.



Os **Índices de Liquidez** representam a capacidade de solvência das empresas, demonstrada através da **Liquidez Imediata, Corrente e Geral**, que apontam a utilização do ativo de prazo imediato, curto e longo, respectivamente, para liquidar as dívidas de prazo correspondente.

Deste modo, ao auferir o resultado maior que 1, o índice demonstra capacidade de solvência, menor que 1, a incapacidade de quitar as dívidas através de seu ativo, e igual a 1, equilíbrio financeiro.

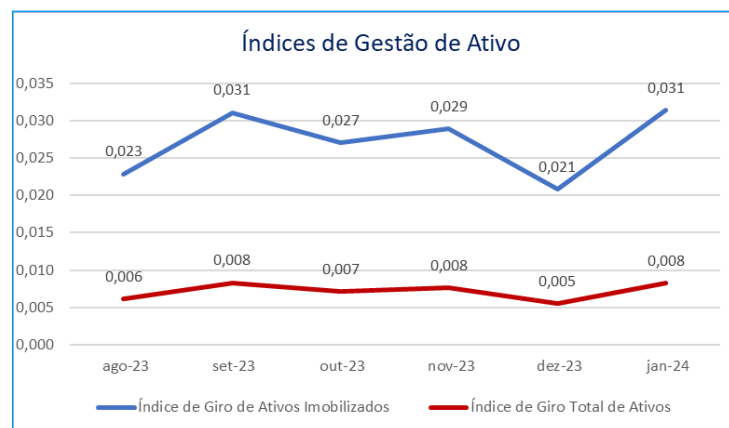
Conforme análise aos índices supra, verifica-se que não é possível utilizar dos ativos das Recuperandas para liquidar os passivos de prazo correspondente, entretanto, ressalta-se que este cenário de insolvência é comum às empresas em Recuperação Judicial.



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

Índices de Gestão de Ativo						
Indicador Financeiro	Fórmula	Dez-23	Índice	Jan-24	Índice	AH
Índice de Giro de Ativos Imobilizados	Receita Operacional Bruta	23.632,50	0,021	35.641,50	0,031	50,82%
	Ativo Imobilizado	1.135.777,97		1.135.777,97		
Índice de Giro Total de Ativos	Receita Operacional Bruta	23.632,50	0,005	35.641,50	0,008	50,50%
	Ativo Circulante + Não Circulante	4.317.743,73		4.326.887,27		



Os **Índices de Gestão de Ativo** demonstram o quanto a empresa gera de receitas através de seus ativos Imobilizados ou totais, conforme o indicador de **Giro de Ativos Fixos** ou **Giro Total de Ativos**, respectivamente, medindo assim, a eficiência no uso dos ativos mencionados e seu crescimento proporcional as receitas obtidas.

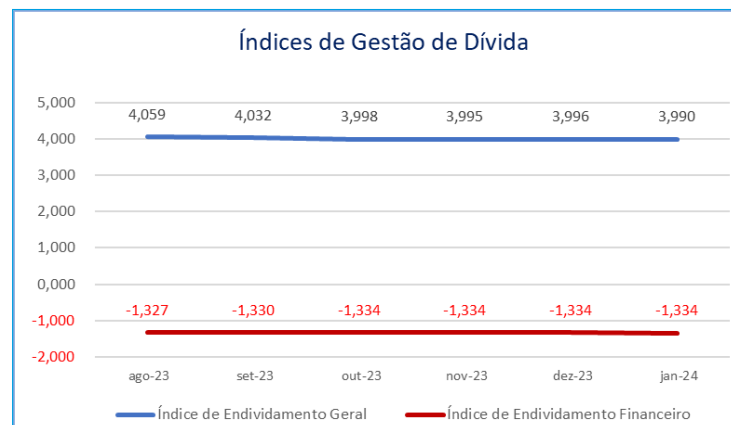
Verifica-se que, concomitante a queda nas receitas obtidas, as Recuperandas não possuem receitas suficientes para ultrapassar o montante de seus ativos Imobilizados e totais.



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

Índices de Gestão de Dívida						
Indicador Financeiro	Fórmula	Dez-23	Índice	Jan-24	Índice	AH
Índice de Endividamento Geral	Passivo Circulante + Não Circulante	17.254.320,95	3,996	17.263.202,98	3,990	-0,16%
	Ativo Circulante + Não Circulante	4.317.743,73		4.326.887,27		
Índice de Endividamento Financeiro	Passivo Circulante + Não Circulante	17.254.320,95	-1,334	17.263.202,98	-1,334	0,05%
	Patrimônio Líquido	-12.936.577,22		-12.936.315,71		



Os **Índices de Gestão de Dívida** apontam a capacidade de liquidação do passivo (dívida com terceiros) através do ativo e patrimônio líquido, conforme o indicador de **Endividamento Geral** e **Financeiro**, respectivamente, quanto maior for seu resultado, mais endividada a empresa se encontra.

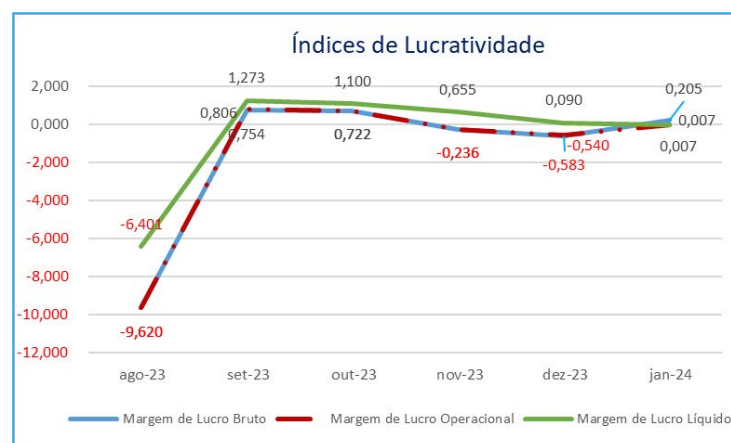
Em análise aos índices supra, verifica-se que as Recuperandas apresentam um endividamento superior ao Ativo e Patrimônio Líquido, sendo o último com saldo negativo devido ao Prejuízo Acumulado.



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

Índices de Lucratividade						
Indicador Financeiro	Fórmula	Dez-23	Índice	Jan-24	Índice	AH
Margem de Lucro Bruto	Lucro/Prejuízo Bruto	1.952,66	0,090	6.467,45	0,205	126,33%
	Receita Operacional Líquida	21.603,57		31.615,17		
Margem de Lucro Operacional	Lucro/Prejuízo Operacional	-12.758,81	-0,540	261,51	0,007	-101,36%
	Receita Operacional Bruta	23.632,50		35.641,50		
Margem de Lucro Líquido	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	-13.766,66	-0,583	261,51	0,007	-101,26%
	Receita Operacional Bruta	23.632,50		35.641,50		



Os **Índices de Lucratividade** apresentam a capacidade operacional da empresa de gerar lucros a partir de suas receitas, deste modo, demonstram se a empresa está sendo lucrativa em suas operações. Quanto maior o resultado do índice, melhor.

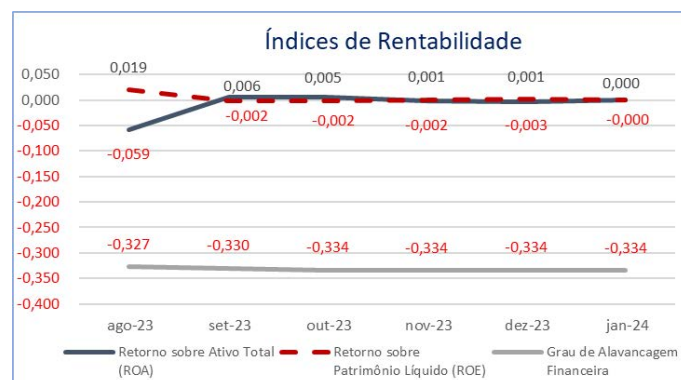
Avaliando os Índices de Lucratividade e realizando uma comparação com a competência anterior, nota-se, em janeiro/24, a obtenção de resultados positivos mediante a apuração de Lucro no Exercício, demonstrando assim, que a atividade das Recuperandas foi lucrativa no mês em apreço.



## Informações Financeiras

Referente as demonstrações contábeis consolidada das Recuperandas, em janeiro/24, no Balanço Patrimonial, destaca-se o aumento no **Disponível (22,44%)**, **Outros Créditos (0,50%)** e em **Outras Obrigações (0,41%)**, ressalta-se ainda que as Recuperandas não realizam a contabilização mensal da **Depreciação**. Em relação a Demonstração de Resultado, nota-se que o aumento na **Receita Operacional Bruta (50,82%)**, somado a queda das **Despesas Operacionais (-57,82%)** e ausência da **Provisão para CSLL e IRPJ**, culminou na apuração de **Lucro no Exercício**, variando **-101,90%** comparado ao **Prejuízo** antecedente.

Índices de Rentabilidade						
Indicador Financeiro	Fórmula	Dez-23	Índice	Jan-24	Índice	AH
Retorno sobre Ativo Total (ROA)	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	-13.766,66	-0,003	261,51	0,000	-101,90%
	Ativo Circulante + Não Circulante	4.317.743,73		4.326.887,27		
Retorno sobre Patrimônio Líquido (ROE)	Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício	-13.766,66	0,001	261,51	-0,000	-101,90%
	Patrimônio Líquido	-12.936.577,22		-12.936.315,71		
Grau de Alavancagem Financeira	ROE	0,001	-0,334	-0,000	-0,334	0,21%
	ROA	-0,003		0,000		



O **Retorno Sobre o Ativo**, em inglês, Return on Asset – ROA, evidencia a obtenção de lucro/prejuízo em relação aos investimentos (ativos) realizados na empresa, deste modo a rentabilidade do negócio é proporcional ao capital investido na atividade.

O **Retorno Sobre o Patrimônio Líquido**, em inglês, Return on Equity – ROE, demonstra o lucro/prejuízo alcançado pela empresa na gestão dos recursos próprios (patrimônio líquido), evidenciando o retorno obtido pelos acionistas.

O **Grau de Alavancagem Financeira** é um indicador que aponta o grau de risco do qual a empresa está submetida, ou seja, quanto mais dívidas a empresa contrai, maior é o grau de alavancagem.

Em análise aos índices, verifica-se que, o Lucro no Exercício refletiu em um resultado positivo do ROA, enquanto o saldo negativo do Patrimônio Líquido, mediante ao Prejuízo Acumulado, culminou no resultado negativo do ROE.

Demonstrando assim, que as Recuperandas apresentam retorno sobre os Ativos, mas não aos recursos próprios.



## 5. ENDIVIDAMENTO

### 5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL



Endividamento

No que tange aos credores concursais, o Quadro Geral de Credores, apresentado ao mov. 518 pela Administradora Judicial, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou-se nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões oitocentos e nove mil quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.

5.1 CREDORES SUJEITOS A RECUPERAÇÃO JUDICIAL

No momento da distribuição do pedido de Recuperação Judicial, as Recuperandas aos **mov. 1.62-1.67**, apresentaram a relação nominal de credores, em consonância ao art. 51, III LFRJ, na qual perfaz o montante total de **R\$ 4.421.771,80 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e um mil setecentos e setenta e um reais e oitenta centavos)**. Ademais, no mov. 102 a Administradora Judicial apresentou a Relação de Credores elaborada nos termos do art. 7º, §2º, da LFRJ, na qual perfaz o importe de **R\$ 2.761.668,98 (dois milhões, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e sessenta e oito reais e noventa e oito centavos)**. Outrossim, ao mov. 518, a Administradora Judicial após consolidação do Quadro Geral de Credores, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou o mesmo nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões, oitocentos e nove mil, quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**. A seguir, apresenta-se a composição do crédito concursal das duas relações e do quadro geral por classe de credores:

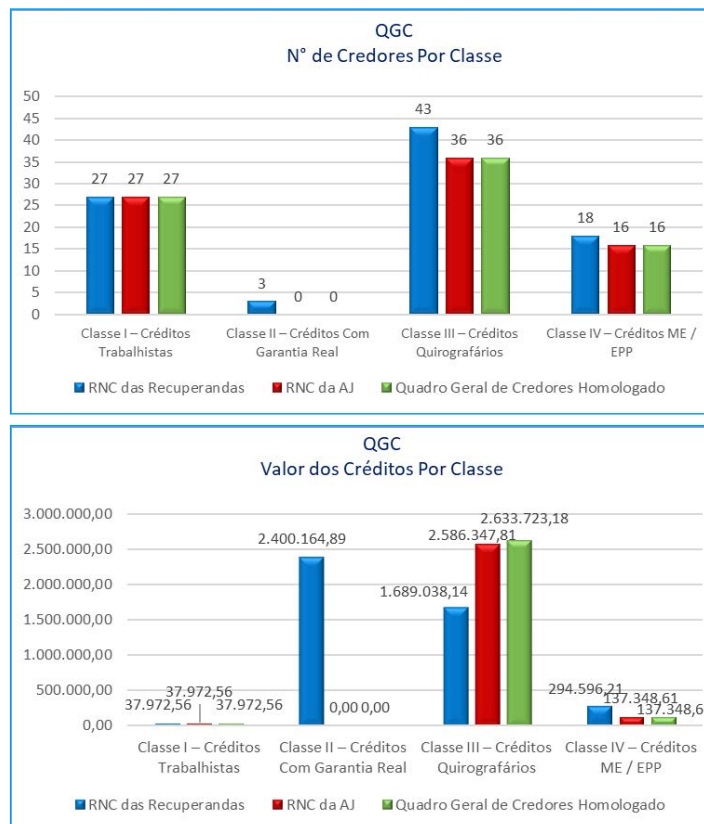
Classe	Moeda	RNC das Recuperandas		RNC da AJ (art. 7º, §2º, LFRJ)		Quadro Geral de Credores Homologado	
		Nº de Credores	Valor	Nº de Credores	Valor	Nº de Credores	Valor
Classe I – Créditos Trabalhistas	BRL	27	37.972,56	27	37.972,56	27	37.972,56
Classe II – Créditos Com Garantia Real	BRL	3	2.400.164,89	-	0,00	-	0,00
Classe III – Créditos Quirografários	BRL	43	1.689.038,14	36	2.586.347,81	36	2.633.723,18
Classe IV – Créditos ME / EPP	BRL	18	294.596,21	16	137.348,61	16	137.348,61
Total		91	4.421.771,80	79	2.761.668,98	79	2.809.044,35

Fonte: Relação Nominal de Credores das Recuperandas (mov. 1.62-1.67), RNC da Administradora Judicial (102) e Quadro Geral de Credores Homologado (mov. 518).



## Endividamento

No que tange aos credores concursais, o Quadro Geral de Credores, apresentado ao mov. 518 pela Administradora Judicial, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou-se nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões oitocentos e nove mil quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.

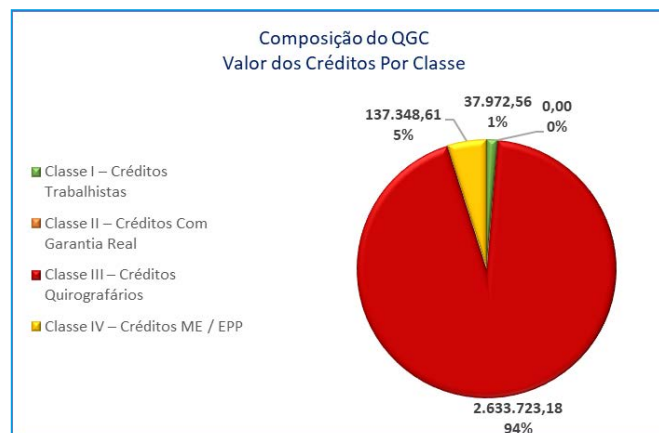
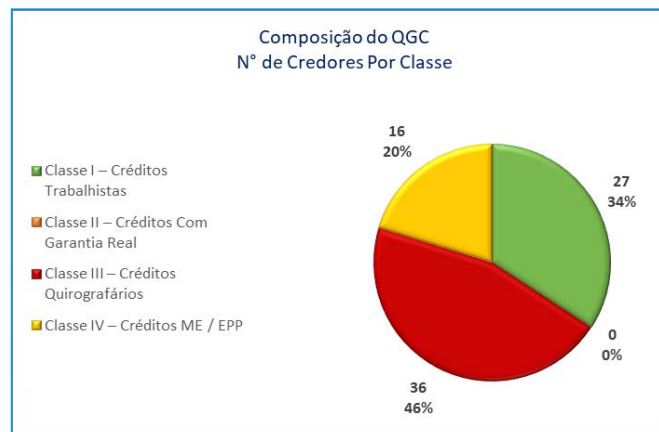


**Fonte:** Relação Nominal de Credores das Recuperandas (mov. 1.62-1.67), RNC da Administradora Judicial (102) e Quadro Geral de Credores Homologado (mov. 518).



## Endividamento

No que tange aos credores concursais, o Quadro Geral de Credores, apresentado ao mov. 518 pela Administradora Judicial, nos termos do art. 18 da LFRJ, juntou-se nos autos devidamente assinado pelo Juiz, no qual perfaz o importe de **R\$ 2.809.044,35 (dois milhões oitocentos e nove mil quarenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.



Fonte: Quadro Geral de Credores Homologado (mov. 518).



## 6. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

- 6.1 PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
- 6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO
- 6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS



### Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

### 6.1 MEIOS DE RECUPERAÇÃO

As Recuperandas apresentaram no item 4.1 do PRJ, os meios de recuperação que pretendem adotar visando o soerguimento das empresas, nos termos do art. 50 e art. 53, I, ambos da Lei de Recuperação de Empresas. Segue uma síntese dos referidos meios:

- i. Restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas;
- ii. Redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros;
- iii. Determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa;
- iv. Rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística;
- v. Ampliar a delegação de competências que atualmente estão acumuladas na diretoria geral e gerência comercial/operacional, reduzindo a atual sobrecarga de atribuições na pessoa do seu diretor;
- vi. Implantação de eficiente sistema de apropriação de custos;
- vii. Definição de novos critérios para a determinação dos preços de vendas;
- viii. Implantar sistema de informações gerenciais que possibilite apuração de resultados mensais de forma perene;
- ix. Adotar novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira;

### 6.2 PROPOSTA DE PAGAMENTO

Consoante ao Plano de Recuperação Judicial apresentado ao mov. 98 dos autos, apresenta-se na sequência uma síntese da forma de pagamento proposta pelas Recuperandas, por classe de credores:

Classe	Subclasse	Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe I Créditos Trabalhistas	-	Sem carência	Pagamento em até 30 dias após aprovação do plano.	-	Sem deságio
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-





## Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Classe	Subclasse	Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária	Deságio
Classe III Créditos Quirografários	Instituições Financeiras	24 meses, a partir da homologação do PRJ.	96 parcelas mensais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
	Fornecedores até R\$ 5.000,00	12 meses a contar a partir da homologação do PRJ.	06 parcelas mensais iguais.	Atualização pela Taxa Referencial (TR)	Sem deságio
	Fornecedores entre R\$ 5001,00 até R\$ 50.000,00	24 meses a contar a partir da homologação do PRJ.	36 parcelas mensais iguais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
	Fornecedores acima de R\$ 50.000,00	24 meses a contar a partir da homologação do PRJ.	96 parcelas mensais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
Classe IV Créditos ME / EPP	Fornecedores até R\$ 5.000,00	06 meses a contar da homologação do PRJ.	06 parcelas mensais iguais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
	Fornecedores entre R\$ 5001,00 até R\$ 50.000,00	12 meses a contar da homologação do PRJ.	24 parcelas mensais iguais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio
	Fornecedores acima de R\$ 50.000,00	24 meses a contar da homologação do PRJ.	36 parcelas mensais iguais.	Atualização anual do saldo devedor pela variação mensal acumulada da Taxa de Referência (TR).	Sem deságio

Fonte: Plano de Recuperação Judicial do Grupo Produmac (mov. 98)



## Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Tendo em vista que as Recuperandas acostaram ao mov. 983 uma proposta de Plano de Recuperação Judicial Modificativo, apresenta-se uma síntese do mesmo:

Classe		Carência	Prazo para Pagamento	Correção Monetária e Juros	Deságio
Classe III Créditos Quirografários	Instituições Financeiras	4 (quatro) anos a partir da homologação do plano original	120 meses	Taxa Referencial (TR)	50%
	Fornecedores Com Valores A Receber Entre R\$ 5.001,00 e R\$ 50.000,00.	4 (quatro) anos a partir da homologação do plano original	60 meses	Taxa Referencial (TR)	20%
	Fornecedores Com Valores A Receber Acima De R\$ 50.000,00.	4 (quatro) anos a partir da homologação do plano original	120 meses	Taxa Referencial (TR)	50%
Classe IV Créditos ME / EPP	Fornecedores Com Valores a Receber Acima De R\$ 50.000,00	4 (quatro) anos a partir da homologação do plano original	60 meses	Taxa Referencial (TR)	20%

Fonte: Plano de Recuperação Judicial Modificativo de mov. 983

### 6.3 REALIZAÇÃO DE PAGAMENTOS

Classe	Subclasse	Valor Total (em reais)	Valor Liquidado (em reais)	Prazo para Pagamento	Venc. (PRJ)	% de Liquidação Subclasse
Classe I Créditos Trabalhistas	-	37.972,56	37.972,56	Pagamento em até 30 dias após aprovação do plano.	18/03/2018	100%
Classe II Créditos Com Garantia Real	-	-	-	-	-	-



## Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.

Classe	Subclasse	Valor Total (em reais)	Valor Liquidado (em reais)	Prazo para Pagamento	Venc. (PRJ)	% de Liquidação Subclasse
Classe III Créditos Quirografários	Instituições Financeiras	1.390.001,18	14.479,18	96 parcelas mensais.	31/07/2020	<b>1,04%</b>
	Fornecedores até R\$ 5.000,00	14.759,02	14.759,02	06 parcelas mensais iguais.	31/07/2019	<b>100%</b>
	Fornecedores entre R\$ 5001,00 até R\$ 50.000,00	342.596,32	9.516,56	36 parcelas mensais iguais.	31/07/2020	<b>2,78%</b>
	Fornecedores acima de R\$ 50.000,00	886.366,66	9.232,99	96 parcelas mensais.	31/07/2020	<b>0,69%</b>
Classe IV Créditos ME / EPP	Fornecedores até R\$ 5.000,00	19.967,70	19.968,63	06 parcelas mensais iguais.	30/06/2019	<b>100%</b>
	Fornecedores entre R\$ 5001,00 até R\$ 50.000,00	51.270,91	25.635,46	24 parcelas mensais iguais.	31/07/2019	<b>50%</b>
	Fornecedores acima de R\$ 50.000,00	66.110,00	66.110,00	36 parcelas mensais iguais.	31/07/2020	<b>100%</b>



## Plano de Recuperação Judicial

As Recuperandas apresentaram o PRJ no mov. 98, o qual prevê como principais meios de recuperação das empresas, dentre outros, restabelecer sua capacidade de compra de matérias primas; redução drástica das despesas financeiras, em especial, em relação ao pagamento de juros; determinação correta do de capital giro, melhorando a gestão de seu fluxo de caixa; rever toda a política comercial da empresa, para reduzir os custos de logística e a adoção de novas práticas e procedimentos de gestão comercial, administrativa, econômica e financeira.



**Fonte:** Quadro Geral de Credores Homologado, Plano de Recuperação Judicial e Comprovantes de Pagamento Juntados nos Autos.



## 7. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS

7.1 ANDAMENTO PROCESSUAL  
7.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6HC NF3CA H6673 YRJS3

## Informações Processuais

No período em apreço houve manifestação da Recuperanda com a juntada do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de novembro/2023, bem como a juntada dos RMA's de competência dos meses de outubro de novembro de 2023 pela Administradora Judicial.

### 7.1 ANDAMENTO PROCESSUAL

As empresas ajuizaram seu pedido de Recuperação Judicial no dia 13/07/2016, ocorrendo durante o período sob análise os seguintes atos processuais nos autos:

Data	Evento	Mov.
08/01/2024	Juntada do RMA de competência do mês de outubro/2023 pela Administradora Judicial.	1253
16/01/2024	Juntada dos DRE's de competência do mês de novembro/2023 pela Recuperanda.	1254
31/01/2024	Juntada do RMA de competência do mês de novembro/2023 pela Administradora Judicial.	1256

Além dos autos de Recuperação Judicial, tramitam ou tramitaram neste juízo em processos apensos ou instâncias superiores, contra as Recuperandas outras ações relacionadas, sendo:

Processo	Partes	Situação
Habilitação de Crédito autos nº 000677-06.2017.8.16.0166	Oi Movel S.A. X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	O habilitante apresentou habilitação de crédito a fim de que fosse retificado seu crédito constante na relação de credores para <b>R\$ 3.159,65 (três mil cento e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos)</b> . Ao mov. 36, a habilitação foi julgada procedente, sendo que no momento se encontra <b>arquivada definitivamente</b> .
Cumprimento de Sentença nº 0001590-22.2016.8.16.0166	Valadares Advogados Associados X Banco do Brasil S/A	A ação originária de impugnação de crédito foi apresentada pelo Executado a fim de que fosse retificado seu crédito no Quadro Geral de Credores. Após o tramite regular da lide, na decisão de mov. 41.1 a ação foi julgada improcedente. Após oposição de ED pela Exequente, o Impugnante foi condenado a pagar honorários sucumbenciais no montante de R\$ 1.620,00 (um mil seiscentos e vinte reais). Após decorrer o prazo para pagamento voluntário, o Exequente deu início ao cumprimento de sentença. Após o Executado dar cumprimento integral ao montante, o cumprimento de sentença foi extinto, conforme decisão de mov. 101, sendo que no momento os autos se encontram <b>arquivados definitivamente</b> .



## Informações Processuais

No período em apreço houve manifestação da Recuperanda com a juntada do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de novembro/2023, bem como a juntada dos RMA's de competência dos meses de outubro de novembro de 2023 pela Administradora Judicial.

Processo	Partes	Situação
Impugnação de Crédito nº 0001547-85.2016.8.16.0166	Coamo Agroindustrial Cooperativa X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	A impugnação foi apresentada pelo Impugnante a fim de que seu crédito constante na relação de credores fosse retificado para o montante de R\$ 142.935,50 (cento e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Após o regular tramite da Impugnação, a lide foi julgada parcialmente procedente a fim de que o Crédito do Impugnante fosse retificado para R\$ 142.635,50 (cento e quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco reais e cinquenta centavos). Os autos transitaram em julgado 13/12/2017, e atualmente se encontram <b>arquivados definitivamente</b> .
Habilitação de Crédito autos nº 0000901-65.2022.8.16.0166	Edvaldo dos Santos X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA	Trata-se de habilitação de crédito interposto pelo Habilitante em face da Recuperanda com base em Certidão de Habilitação de Crédito expedida pelo Juízo da Vara do Trabalho de Cianorte/PR, nos autos de Reclamatória Trabalhista nº 0001117-74.2017.5.09.0092. O magistrado pediu a manifestação das partes processuais quanto ao encerramento da Recuperação judicial. Em sequência, fora determinada a <b>suspensão dos autos</b> até que ocorra o trânsito em julgado dos autos recuperacionais, haja vista a interposição de apelação contra a sentença de encerramento da Recuperação Judicial.
Agravado Instrumento nº 0029480-75.2018.8.16.0000	Banco do Brasil S/A X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	O Agravante (Banco do Brasil S.A) interpôs agravo de instrumento em face de decisão que homologou a aprovação do plano de recuperação judicial (mov 1.10). Alegou-se que houve violação do princípio da <i>par conditio creditorum</i> , que a atualização monetária e juros aplicados pelo índice TR caracterizariam deságio tácito e que o período de carência previsto no plano ultrapassa o de supervisão judicial. Ademais, alegou que discorda da alienação dos ativos proposta no plano, que a novação da dívida quanto aos devedores coobrigados é ilegal e que a incidência do IOF independe de consenso, pois decorre de imposição legal. Em contrarrazões, as Recuperandas pugnaram pelo não provimento do recurso, face a legalidade do plano de recuperação. O Agravante apresentou contrarrazões requerendo o provimento do agravo, a fim de reformar a decisão que homologou o plano. O AJ e a Procuradoria Geral de Justiça se manifestaram pelo parcial provimento do recurso quanto a impossibilidade de novação da dívida dos coobrigados. <b>O acórdão foi proferido no mov. 201 que negou provimento ao recurso.</b> Por fim, os <b>autos transitaram em julgado</b> e foram remetidos à vara de origem.



## Informações Processuais

No período em apreço houve manifestação da Recuperanda com a juntada do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de novembro/2023, bem como a juntada dos RMA's de competência dos meses de outubro de novembro de 2023 pela Administradora Judicial.

Processo	Partes	Situação
AgravodeInstrumento nº 0029721- 49.2018.8.16.0000	Banco Bradesco S/A X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	O Agravante (Banco Bradesco S.A.) interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face de decisão que homologou o PRJ peça ausência de fundamentação, prejuízo aos credores pelo longo prazo estipulado para o pagamento e o tempo de carência, atualização monetárias e juros aplicados pelo índice TR caracterizam deságio tácito e pela violação ao princípio da <i>pars conditio creditorum</i> . Em decisão inicial o pedido de efeito suspensivo foi indeferido. Em contrarrazões as Agravadas pugnaram pelo não provimento do recurso. O AJ e a Procuradoria Geral de Justiça se manifestaram pelo parcial provimento do recurso quanto a impossibilidade de novação da dívida dos coobrigados. <b>O acórdão foi proferido no mov. 36.1 que negou provimento ao recurso.</b> Por fim, os <b>autos transitaram em julgado</b> e foram remetidos à vara de origem.
AgravodeInstrumento nº 0004340- 05.2019.8.16.0000	Caixa Econômica Federal (CEF) X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA- ME	A Agravante (Caixa Econômica Federal) interpôs agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face de decisão que reconheceu a imprescindibilidade dos veículos de carga e utilitários atrelados a contratos de alienação fiduciária ou arrendamento mercantil, por mais quinze dias (mov. 1.5). <b>Em decisão inicial o pedido de efeito suspensivo foi indeferido.</b> O AJ se manifestou pela manutenção da decisão <i>a quo</i> que manteve a imprescindibilidade dos bens. A Procuradoria Geral de Justiça se manifestou pelo desprovimento do recurso. O acórdão foi proferido no mov. 41 onde negou provimento ao agravo de instrumento n. 0004970-61.2019.8.16.0000 e deu provimento ao agravo de instrumento n. 0004340-05.2019.8.16.0000 para afastar o reconhecimento da imprescindibilidade do imóvel em questão. Por fim, os autos foram transferidos para Recurso Especial nº 0004970-61.2019.8.16.0000 Pet 1. Por fim. Ao mov. 54 <b>transitou em julgado</b> , e ao mov.55 foram remetidos os autos para juízo de origem dando baixa definitiva.





## Informações Processuais

No período em apreço houve manifestação da Recuperanda com a juntada do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de novembro/2023, bem como a juntada dos RMA's de competência dos meses de outubro de novembro de 2023 pela Administradora Judicial.

Processo	Partes	Situação
Agravado Instrumento n° 0004970-61.2019.8.16.0000	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Caixa Econômica Federal (CEF)	As Agravantes (Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA e Mais Sabor Alimentos LTDA-ME) interpuseram agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo em face da decisão que reconheceu a imprescindibilidade dos veículos de carga e utilitários atrelados a contratos de alienação fiduciária ou arrendamento mercantil, por apenas mais quinze dias, entendendo que a empresa poderia contratar aluguéis de veículos ou serviços de frete para tanto (mov. 1.11). <b>Em decisão inicial indeferiu-se o pedido de efeito suspensivo.</b> As Agravadas ofereceram contrarrazões e o AJ se manifestou pela manutenção da decisão a quo. O acórdão foi proferido no mov. 46.1 e <b>negou provimento ao agravo de instrumento n. 0004970-61.2019.8.16.0000</b> e deu provimento ao agravo de instrumento n. 0004340-05.2019.8.16.0000 <b>para afastar o reconhecimento da imprescindibilidade do imóvel em questão.</b> Por fim, os autos foram transferidos para o Recurso Especial n° 0004340-05.2019.8.16.0000 Pet 1.
Recurso Especial n° 0004340-05.2019.8.16.0000 Pet 1	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Caixa Econômica Federal (CEF)	As Recuperandas interpuseram Recurso Especial em face dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento n° 0004340-05.2019.8.16.0000 e n° 0004970-61.2019.8.16.0000, que reconhecem a possibilidade de continuidade das ações que buscam a consolidação da propriedade fiduciária dos bens em questão. Requeru-se a manutenção dos bens na posse das Recuperandas, tendo em vista que são essenciais ao desenvolvimento da atividade e, caso fossem retirados de sua posse, acarretariam o descumprimento do plano de recuperação e a falência. Em contrarrazões a Caixa Econômica Federal alegou que a decisão recorrida não merece reparo, uma vez que o plano de recuperação judicial já foi homologado e cessado em definitivo e o stay period já se encerrou. Em seguida, foi proferida decisão inadmitindo o Processamento do RESP, em consonância a súmula 7 do STJ. <b>Trânsito em julgado</b> ocorrido em <b>17/05/2021</b> .



## Informações Processuais

No período em apreço houve manifestação da Recuperanda com a juntada do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de novembro/2023, bem como a juntada dos RMA's de competência dos meses de outubro de novembro de 2023 pela Administradora Judicial.

Processo	Partes	Situação
Recurso Especial nº 0004970-61.2019.8.16.0000 Pet 1	Caixa Econômica Federal (CEF) X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	As Recuperandas interpuseram Recurso Especial em face dos acórdãos proferidos nos Agravos de Instrumento nº 0004340-05.2019.8.16.0000 e nº 0004970-61.2019.8.16.0000, que reconhecem a possibilidade de continuidade das ações que buscam a consolidação da propriedade fiduciária dos bens em questão. Requeru-se a manutenção dos bens na posse das Recuperandas, tendo em vista que são essenciais ao desenvolvimento da atividade e, caso fossem retirados de sua posse, acarretariam o descumprimento do plano de recuperação e a falência. Em contrarrazões a Caixa Econômica Federal alegou que a decisão recorrida não merece reparo, uma vez que o plano de recuperação judicial já foi homologado e cessado em definitivo e o stay period já se encerrou. Em seguida, foi proferida decisão inadmitindo o Processamento do RESP, em consonância a súmula 7 do STJ. <b>Trânsito em julgado</b> ocorrido em <b>29/04/2021</b> .
Agravo em Recurso Especial nº 0004970-61.2019.8.16.0000 AResp 2	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Caixa Econômica Federal (CEF)	As Recuperandas interpuseram Agravo Recurso Especial em face da decisão de que decisão monocrática de seq. 13, que inadmitiu o Recurso Especial de nº 0004970-61.2019.8.16.0000. Em seguida os Agravados apresentaram contrarrazões e os autos foram remetidos ao STJ, processo <b>transitado em julgado em 29/04/2021</b> e baixa definitiva em 05/05/2021.
Agravo em Recurso Especial nº 0004340-05.2019.8.16.0000 AResp 2	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Caixa Econômica Federal (CEF)	As Recuperandas interpuseram Agravo Recurso Especial em face da decisão de que decisão monocrática de seq. 13, que inadmitiu o Recurso Especial de nº 0004340-05.2019.8.16.0000. Em seguida os Agravados apresentaram contrarrazões e os autos foram remetidos ao STJ. O recurso foi monocraticamente decidido, pela inadmissibilidade do mesmo, havendo tido <b>trânsito em julgado na data de 17/05/2021</b> .



## Informações Processuais

No período em apreço houve manifestação da Recuperanda com a juntada do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de novembro/2023, bem como a juntada dos RMA's de competência dos meses de outubro de novembro de 2023 pela Administradora Judicial.

Processo	Partes	Situação
AgravodeInstrumento nº 0001378- 67.2023.8.16.0000	Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME X Banco Bradesco S.A. E Outros	As Agravantes (Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA e Mais Sabor Alimentos LTDA-ME) interpuseram agravo de instrumento sem pedido de efeito suspensivo em face da decisão que não deliberou sobre o pedido de encerramento da recuperação judicial das Agravantes, entendendo que existe uma Ação de Habilitação de Crédito incidental ainda não transitada em julgado. O Relator, em decisão inicial, intimou a Agravante para se manifestar sobre o cabimento do recurso, visto ter sido interposto contra a manifestação do magistrado sem conteúdo decisório. Intimados o Administrador Judicial e a PGJ para se manifestar. Em decisão monocrática, o d. Desembargador julgou pelo não conhecimento do recurso por perda superveniente de objeto. <b>O recurso transitou em julgado na data de 11/08/2023.</b>
Apelação nº 0000912- 07.2016.8.16.0166	Banco Bradesco S/A X Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA E Mais Sabor Alimentos LTDA-ME	Trata-se de Apelação interposta pelo Credor Banco Bradesco S/A em face da sentença que encerrou a Recuperação Judicial, alegando, sem síntese, que o pedido de encerramento foi realizado em meio ao julgamento de Embargos de Declaração opostos pelo ora apelante, o qual não foi satisfatoriamente apreciado. Em decisão inicial, o Des. Relator determinou vistas à Procuradoria Geral de Justiça. <b>O processo pende de julgamento.</b>



Informações Processuais

No período em apreço houve manifestação da Recuperanda com a juntada do Demonstrativo de Resultados do Exercícios referentes ao mês de novembro/2023, bem como a juntada dos RMA's de competência dos meses de outubro de novembro de 2023 pela Administradora Judicial.

Eventos ocorridos

Eventos Futuros

7.2 CRONOGRAMA PROCESSUAL

Data	Evento
13/07/2016	Ajuizamento do pedido de Recuperação Judicial (art. 51 LFRJ)
10/08/2016	Deferimento do Processamento da Recuperação Judicial (art. 52 LFRJ)
30/08/2016	Publicação de Edital de deferimento do processamento da RJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 52, §1º LFRJ)
10/08/2016	Assinatura do Termo de Compromisso pela Administradora Judicial (art. 33 LFRJ)
20/09/2016	Decurso do prazo para apresentação de Habilitações e Divergências de Créditos pelos Credores diretamente à Administradora Judicial (art. 7º, §1º LFRJ)
21/10/2016	Apresentação do Plano de Recuperação Judicial pelas Recuperandas (art. 53 LFRJ)
28/10/2016	Apresentação da Relação de Credores elaborada pela Administradora Judicial (art. 7º, §2º LFRJ)
24/11/2016	Publicação de Edital aviso de recebimento da Relação de Credores do AJ no Diário de Justiça Eletrônico do TJPR (art. 7º, §2º LFRJ)
28/11/2016	Publicação de Edital aviso de recebimento do PRJ (Art. 53, § único, LFRJ)
08/12/2016	Decurso do prazo para apresentação de Impugnação à Relação Nominal de Credores apresentada pela Administradora Judicial pelos Credores (art. 8º LFRJ)
09/01/2017	Decurso de prazo para apresentação de Objeções ao Plano de Recuperação Judicial pelos Credores (art. 55, parágrafo único LFRJ)
10/02/2017	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ em AGC (art. 56, §1º LFRJ)
27/11/2017	Decurso de prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra as Recuperandas – 180 dias após o deferimento da RJ, salvo eventuais prorrogações (art. 6º, §4º LFRJ)
13/02/2019	Homologação do Quadro Geral de Credores (art. 18 LFRJ)
11/06/2018	Homologação do Plano de Recuperação Judicial (art. 58 LFRJ)
11/06/2020	Término do período de fiscalização judicial (art. 61 LFRJ)
19/05/2023	Encerramento da Recuperação Judicial (art. 63 LFRJ)



# GLOSSÁRIO



## Glossário

AGC – Assembleia Geral de Credores  
AI – Agravo de Instrumento  
AJ – Administradora Judicial  
ART. – Artigo  
CCB – Cédula de Crédito Bancário  
DJE – Diário de Justiça Eletrônico  
DES – Desembargador (a)  
DRE – Demonstração de Resultado do Exercício  
ED – Embargos de Declaração  
EIRELI - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada  
EPP – Empresa de Pequeno Porte  
Grupo Produmac - Produmac Produtos Alimentícios Maria Clara LTDA e Mais Sabor Alimentos LTDA-ME  
ICMS – Imposto de Circulação sobre Mercadorias e Serviços  
INC. - Inciso  
LFRJ – Lei de Falência e Recuperação Judicial (Lei 11.101/2005)  
LTDA – Limitada  
ME – Microempresa  
MM. – Meritíssimo  
M – Milhão  
MOV. - Movimentação  
PERT – Programa Especial de Regularização Tributária  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
QGC – Quadro Geral de Credores  
RJ – Recuperação Judicial  
Rel. – Relator (a)  
Recuperandas – Grupo Produmac  
Resp – Recurso Especial  
RMA – Relatório Mensal de Atividades  
RNC – Relação Nominal de Credores  
ROA – Retorno sobre ativo total  
ROE - Retorno sobre patrimônio líquido  
S. A. – Sociedade Anônima  
STJ – Superior Tribunal de Justiça  
TJPR – Tribunal de Justiça do Paraná  
TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo  
TRF – Tribunal Regional Federal  
PRJ – Plano de Recuperação Judicial  
§ - Parágrafo



# ANEXOS



## Anexos

Durante o período sob análise – **Janeiro de 2024** – esta Administradora Judicial realizou inspeção física nas dependências das Recuperandas.





**CURITIBA/PR**

Av. Cândido de Abreu, nº776, Sala 1306,  
Ed. World Business, Centro Cívico  
CEP 80.530-000  
(41) 3206-2754 | (41) 99189-2968

**MARINGÁ/PR**

Av. Mauá, nº 2720, Sala 04,  
Ed. Villagio Di Itália, Zona 03  
CEP 87050-020  
(44) 3226-2968 | (44) 99127-2968

**SÃO PAULO/SP**

Av. Paulista, nº 302 - 9º Andar  
Ed. José Martins Borges - Bela Vista  
CEP 01.310-000  
(11) 3135-6549 | (11) 98797-8850

[www.marquesadmjudicial.com.br](http://www.marquesadmjudicial.com.br)

[f](#) [@](#) [v](#) /marquesadmjudicial



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE  
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJ6HC NF3CA H6673 YRJS3